

ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

5.^a Edição

Revista e atualizada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Leonardo Hermano
- Data de fechamento: 27.11.2018

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C172n
Câmara, Alexandre Freitas

O Novo Processo Civil Brasileiro / Alexandre Freitas Câmara. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

ISBN 978-85-97-01918-6

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título.

18-53296

CDU: 347.91/95(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

Introdução	1
PARTE GERAL	5
1 Normas fundamentais do processo civil	7
2 Aplicação das normas processuais	21
3 Institutos fundamentais do direito processual	25
3.1 Processo	25
3.2 Jurisdição	32
3.3 Ação	36
4 Limites da jurisdição nacional e cooperação judiciária internacional	43
4.1 Competência Internacional	43
4.2 Cooperação Internacional	45
5 Competência	49
6 Cooperação nacional	59
7 Sujeitos do processo	63
7.1 Partes e Procuradores	63
7.1.1 Capacidade Processual	63
7.1.2 Deveres das Partes e dos Procuradores	67
7.1.2.1 Responsabilidade processual civil	68
7.1.2.2 Despesas processuais, honorários advocatícios e multas	69
7.1.2.3 Gratuidade de justiça	76
7.2 Procuradores	79
7.3 Sucessão das Partes e dos Procuradores	81
7.4 Litisconsórcio	82
7.5 Intervenção de Terceiros	88

7.5.1	Assistência	88
7.5.2	Denúnciação da Lide	91
7.5.3	Chamamento ao Processo	95
7.5.4	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	97
7.5.5	Intervenção do <i>Amicus Curiae</i>	107
7.6	Juiz e Auxiliares da Justiça.....	110
7.6.1	Poderes, Deveres e Responsabilidade do Juiz	110
7.6.2	Impedimento e Suspeição	113
7.6.3	Auxiliares da Justiça	116
7.7	Ministério Público	122
7.8	Advocacia Pública	123
7.9	Defensoria Pública	123
8	Dos atos processuais	125
8.1	Atos e Negócios Processuais em Geral.....	125
8.2	Atos das Partes	132
8.3	Pronunciamentos do Juiz.....	133
8.4	Atos do Escrivão ou Chefe de Secretaria	135
8.5	Tempo e Lugar dos Atos Processuais	136
8.6	Prazos Processuais	137
8.7	Comunicação dos Atos Processuais.....	141
8.7.1	Citação.....	141
8.7.2	Intimações	148
8.7.3	Cartas	149
8.8	Invalidez do Ato Processual.....	151
8.9	Distribuição e Registro	154
8.10	Valor da Causa	156
9	Tutela provisória	159
9.1	Tutela de Urgência.....	160
9.2	Tutela da Evidência.....	172
10	Formação, suspensão e extinção do processo	177
10.1	Formação do Processo	177
10.2	Suspensão do Processo	179
10.3	Extinção do Processo	186
PARTE ESPECIAL		187
11	Procedimento comum do processo de conhecimento	189
11.1	Considerações Iniciais.....	189
11.2	Petição Inicial	194
11.2.1	Pedido	196

11.2.2	Indeferimento da Petição Inicial	201
11.2.3	Improcedência Liminar do Pedido	203
11.3	Audiência de Conciliação ou de Mediação	205
11.4	Resposta do Réu	207
11.4.1	Contestação e Revelia	207
11.4.2	Reconvenção	213
11.5	Providências Preliminares	215
11.5.1	Especificação de Provas	215
11.5.2	Réplica	216
11.6	Julgamento conforme o Estado do Processo	217
11.6.1	Extinção do Processo	217
11.6.2	Julgamento Antecipado (Total ou Parcial) do Mérito.....	218
11.6.3	Saneamento e Organização do Processo	219
12	Audiência de instrução e julgamento	223
13	Direito probatório	227
13.1	Teoria Geral da Prova	227
13.1.1	Conceito de Prova.....	227
13.1.2	Objeto da Prova	228
13.1.3	Destinatários da Prova.....	230
13.1.4	Ônus da Prova.....	235
13.1.5	Meios de Prova.....	239
13.1.6	Prova Emprestada	241
13.2	Demandas Probatórias Autônomas.....	242
13.3	Ata Notarial	245
13.4	Depoimento Pessoal	246
13.5	Confissão	248
13.6	Exibição de Documento ou Coisa.....	249
13.7	Prova Documental.....	251
13.7.1	Documentos Eletrônicos.....	256
13.8	Prova Testemunhal	257
13.9	Prova Pericial.....	262
13.10	Inspeção Judicial	266
14	Sentença.....	269
14.1	Conceito.....	269
14.2	Sentenças Terminativas e Definitivas	271
14.3	Elementos.....	279
14.3.1	Relatório.....	280
14.3.2	Fundamentação	280
14.3.3	Dispositivo	289
14.4	Interpretação da Sentença	290
14.5	Classificação da Sentença Definitiva	292

15	Remessa necessária	301
16	Estabilização, preclusão e coisa julgada	305
16.1	Estabilização	305
16.2	Preclusão	307
16.3	Coisa Julgada	309
16.3.1	Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material	310
16.3.2	Limites Objetivos da Coisa Julgada	312
16.3.3	Limites Subjetivos da Coisa Julgada	316
16.3.4	Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas	318
17	Teoria geral da execução	321
17.1	Execução em Geral	321
17.2	Partes no Procedimento Executivo	325
17.3	Competência	325
17.4	Requisitos Necessários para Realizar Qualquer Execução	327
17.4.1	Título Executivo	328
17.4.1.1	Títulos executivos judiciais	330
17.4.1.2	Títulos executivos extrajudiciais	336
17.5	Responsabilidade Patrimonial	343
17.5.1	Alienações Fraudulentas	345
17.5.2	Bens Impenhoráveis	351
18	Liquidação de sentença	357
19	Cumprimento de sentença	363
19.1	Disposições Gerais	363
19.2	Cumprimento de Sentença no Caso de Obrigação Pecuniária....	365
19.2.1	Cumprimento Provisório	365
19.2.2	Cumprimento Definitivo	367
19.2.3	Cumprimento da Sentença no Caso de Prestação Alimen- tícia	370
19.2.4	Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública....	372
19.3	Cumprimento da Sentença no caso de Obrigação de Fazer, Não Fazer ou Entregar Coisa	373
20	Espécies de execução fundadas em título extrajudicial	377
20.1	Disposições Gerais	377
20.2	Execução para Entrega de Coisa	379
20.3	Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer	381
20.4	Execução por Quantia Certa	383
20.4.1	Disposições Gerais	383
20.4.2	Citação e Arresto	384
20.4.3	Penhora, Depósito e Avaliação	385

20.4.3.1	Modificações da penhora	389
20.4.3.2	Penhora de dinheiro	390
20.4.3.3	Penhora de créditos	391
20.4.3.4	Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.....	392
20.4.3.5	Penhora de empresa, de outros estabeleci- mentos e de semoventes	393
20.4.3.6	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	394
20.4.3.7	Penhora de frutos e rendimentos de bens	394
20.4.3.8	Avaliação	395
20.4.4	Expropriação de Bens	397
20.4.4.1	Adjudicação	397
20.4.4.2	Alienação	400
20.4.5	Satisfação do Crédito	407
20.5	Execução Contra a Fazenda Pública.....	409
20.6	Execução de Alimentos	409
21	Defesas do executado	411
21.1	Impugnação ao Cumprimento de Sentença	411
21.2	Embargos do Executado.....	417
22	Suspensão e extinção do processo de execução	425
22.1	Suspensão	425
22.2	Extinção.....	428
23	Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judi- ciais.....	431
23.1	Padrões Decisórios	431
23.2	Ordem dos Processos nos Tribunais	449
23.2.1	Poderes do Relator	455
23.3	Incidente de Assunção de Competência	458
23.4	Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade	460
23.5	Conflito de Competência	462
23.6	Homologação de Decisão Estrangeira e Concessão de <i>Exequa- tur</i> à Carta Rogatória	464
23.7	Ação Rescisória	469
23.8	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	482
23.9	Reclamação	491
23.10	Recursos	495
23.10.1	Teoria Geral dos Recursos.....	495
23.10.2	Recursos em Espécie.....	514
23.10.2.1	Apelação	515

23.10.2.2	Agravo de instrumento	527
23.10.2.3	Agravo interno	535
23.10.2.4	Embargos de declaração	536
23.10.2.5	Recursos para o STF e para o STJ.....	542
23.10.2.5.1	Recurso ordinário constituio- nal	542
23.10.2.5.2	Recurso extraordinário e recur- so especial	544
23.10.2.5.2.1	Julgamento de recursos extraordinário e espe- cial repetitivos	557
23.10.2.5.3	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	564
23.10.2.5.4	Embargos de divergência	566